

MARCO AURÉLIO BORGES DE PAULA
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO
Coordenadores

Prefácio
Benjamin Zymler

COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS
E COMBATE À CORRUPÇÃO
Integridade para o Desenvolvimento

1ª reimpressão

Belo Horizonte



2018

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Benjamin Zymler	17
 CAPÍTULO 1	
EFEITOS DA CORRUPÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	
Marco Aurélio Borges de Paula	21
 CAPÍTULO 2	
O COMBATE À CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Reynaldo Goto	45
 CAPÍTULO 3	
PROGRAMAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO: IMPORTÂNCIA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	
Wagner Giovanini	53
3.1 Introdução.....	53
3.2 A importância dos Programas de Compliance	54
3.3 Elementos.....	55
3.4 Pilares	55
3.5 O exemplo vem de cima	56
3.6 Recursos para o Compliance.....	56
3.7 Pessoa certa no lugar certo	57
3.8 Funções do Compliance Officer no dia a dia.....	57
3.9 Normas, procedimentos e código de conduta.....	59
3.10 Gestão de risco	60
3.11 Processos e controles	60
3.12 Comunicação como sustentação essencial	61
3.13 Treinamento.....	62
3.14 Canal de denúncias	63
3.15 Investigação e remediação.....	65
3.16 Monitoramento / auditoria / melhoria contínua	66

3.17	O que é um programa efetivo?	67
3.18	Mecanismo de Integridade versus Mecanismo de Proteção ..	68
	Bibliografia.....	69

CAPÍTULO 4

MECANISMO DE INTEGRIDADE OU ARMA PARA PROTEÇÃO?

Wagner Giovanini	71
4.1 Introdução.....	71
4.2 Integridade ou Proteção.....	72
4.3 Programa de Compliance e Mecanismo de Integridade.....	73
4.4 Medidas Mitigadoras	74
4.5 Due Diligence	75
4.6 Código de Conduta para o Terceiro Assinar	78
4.7 Cláusulas de Compliance nos Contratos.....	79
4.8 Treinamento para os Terceiros.....	80
4.9 Auditorias de Compliance nos Terceiros.....	81
4.10 Qual a Solução?	82
4.11 Certificação – Complemento Necessário para a Solução Proposta	84
4.12 Orientações Finais.....	85
4.13 Conclusão.....	86
Bibliografia.....	87

CAPÍTULO 5

O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS

Marcelo Zenkner	89
5.1 A busca de um conceito de integridade	89
5.2 “Teoria dos jogos” e corrupção.....	96
5.3 Modelos empresariais de enfrentamento das práticas corruptas	101
5.3.1 Enfrentamento da corrupção no plano individual – A “teoria do agente-principal”	104
5.3.2 Enfrentamento da corrupção no plano coletivo – A “teoria da ação coletiva”	106
5.4 Importância e modalidades de ações coletivas na promoção da integridade empresarial	109
5.4.1 Declarações anticorrupção	111

5.4.2	Iniciativas baseadas em princípios.....	112
5.4.3	Certificações de compromisso empresariais.....	113
5.4.4	Pactos de integridade (cláusulas anticorrupção)	114
	Conclusão.....	117
	Referências	118

CAPÍTULO 6

WHISTLEBLOWING NO AMBIENTE CORPORATIVO – STANDARDS INTERNACIONAIS PARA SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

André Castro Carvalho

Tiago Cripa Alvim	121
Introdução e balizamento do tema.....	121
Fundamento do <i>whistleblowing</i>	121
Quem seria o soprador?.....	123
Por quais motivos alguém sopraria o apito?	125
6.1 Conceito de <i>whistleblowing</i>	127
6.2 Princípio norteador do <i>whistleblowing</i>	128
6.3 Marcos legais do <i>whistleblowing</i>	130
6.4 Recompensa.....	134
6.5 O princípio do <i>qui tam</i> no direito norte-americano	137
6.6 O sistema de recompensa previsto no <i>Dodd-Frank Act</i>	140
6.7 Evitando o <i>bountyhunter</i> no <i>whistleblowing</i> : estabelecer uma recompensa ou uma compensação?.....	141
Conclusão.....	143
Referências	145

CAPÍTULO 7

COMPLIANCE EM EMPRESAS ESTATAIS. PADRÕES INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Shin Jae Kim

Renata Muzzi

Giovanni Falcetta

Tháisa Toledo Longo	149
7.1 Introdução.....	149
7.2 Conceito de empresa estatal no Brasil	154
7.3 Padrões internacionais	156

7.3.1	FCPA e UKBA	156
7.3.2	Convenções internacionais	159
7.3.2.1	Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA), firmada em 29.3.1996, em Caracas, Venezuela (CICC)	159
7.3.2.2	Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), firmada em 17.12.1997 (Convenção da OCDE)	160
7.3.2.3	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, aprovada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2003 (CNUCC)	161
7.4	Legislação brasileira sobre compliance aplicável a empresas estatais	162
7.4.1	Breves considerações sobre o marco regulatório anticorrupção	162
7.4.2	A Lei das Estatais e as disposições sobre compliance	164
7.4.3	Demais normativos sobre compliance	168
7.5	Programa de compliance nas estatais: importância e diretrizes para implantação e/ou aprimoramento	170
7.5.1	Panorama dos programas de compliance de empresas estatais federais	170
7.5.2	Diretrizes de um programa de compliance para empresas estatais	173
7.5.2.1	Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade	174
7.5.2.2	Análise periódica de riscos	175
7.5.2.3	Estruturação e implementação de políticas e procedimentos	176
7.5.2.4	Comunicação e treinamento	178
7.5.2.5	Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades	179
7.6	Principais desafios de compliance nas empresas estatais	180

CAPÍTULO 8

POR UMA CULTURA DE INTEGRIDADE AGORA

Belisário dos Santos Jr.

Angélica Petian	183
Introdução	183

8.1	Breves considerações sobre a evolução do conceito de corrupção	185
8.2	O mapa-múndi da corrupção – O relatório da Transparency International	187
8.3	Uma questão de cultura – Por uma política pública de integridade.....	188
8.4	Tudo para o bem da democracia	190
	Em conclusão.....	191

CAPÍTULO 9

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E A LEI ANTICORRUPÇÃO

Cristiana Fortini	193
Introdução.....	193
9.1 Governança e programas de integridade.....	194
9.2 Programas de integridade e a Lei Anticorrupção	195
9.3 De toda forma, a valorização legal foi expressa.....	195
9.4 Conteúdo dos programas de integridade	197
Conclusão.....	200

CAPÍTULO 10

EXIGÊNCIA DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS LICITAÇÕES

Fernando Vernalha Guimarães

Érica Miranda dos Santos Requi.....		203
10.1	Introdução.....	203
10.2	O combate à corrupção como um fim extraeconômico da licitação.....	205
10.3	O combate à corrupção como um objetivo econômico da licitação.....	207
10.4	A exigência de compliance no sistema de contratações públicas e a experiência internacional	209
10.5	A exigência de compliance como requisito de participação na licitação à luz do regime jurídico nacional	211

CAPÍTULO 11

INTEGRIDADE E POLÍTICA DE COMPRAS PÚBLICAS NO PLS Nº 303/2016-2016: MODERNO CONTROLE ADMINISTRATIVO FUNDADO NA ÉTICA E NO RISCO

Antonio Fonseca	217
Introdução: fundamentos do PLS nº 303 de 2016.....	217

11.1	Princípios e conceitos gerais.....	219
11.2	Estratégias: objetivos e planos de ação	220
11.2.1	Deveres do Poder Público e da coletividade – Art. 4º	220
11.2.2	Órgãos de colaboração – Art. 6º, parágrafo único c.c. art. 36 .	220
11.2.3	Papel das ouvidorias – Art. 7º	221
11.2.4	Teste de integridade – Art. 10, VI	221
11.2.5	Carta anual – Art. 10, VII	225
11.2.6	Representação de interesse ou atividade de <i>lobby</i> – Art. 11....	225
11.2.7	Práticas e diretrizes de compras e contratações – Art. 19, §1º, VII.....	225
11.3	Integridade nas licitações e contratos públicos	226
11.3.1	Estratégia de integridade – Art. 21	226
11.3.2	Adicional à programa de integridade como critério de desempate em licitações – Art. 25.....	226
11.3.3	Sistema integrado de conformidade – Art. 26	227
11.3.4	Disposições aplicáveis a setores específicos – Arts. 29 a 34....	229
	Destaque final.....	231

CAPÍTULO 12

A ANÁLISE PATRIMONIAL DE AGENTES PÚBLICOS COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE

Mário Vinícius Claussen Spinelli.....	233
12.1 Análise patrimonial dos agentes públicos: conceito, abrangência e objetivos.....	233
12.1.1 A identificação de situações que possam caracterizar o enriquecimento ilícito.....	234
12.1.2 A prevenção e o combate ao conflito de interesses.....	234
12.1.3 O sequestro de bens e o bloqueio de valores.....	235
12.1.4 A proteção aos bons funcionários com relação a denúncias infundadas de enriquecimento ilícito	235
12.1.5 A redução da impunidade nos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.....	235
12.2 Contexto histórico e panorama geral.....	236
12.3 Análise patrimonial nas convenções internacionais contra a corrupção	236
12.3.1 A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	236
12.3.2 A Convenção Interamericana contra a Corrupção	237

12.4	O enriquecimento ilícito como ato de improbidade administrativa	238
12.5	A quem cabe o monitoramento da evolução patrimonial?	240
12.6	As declarações de bens e valores	241
12.6.1	Preenchimento de formulário escrito	242
12.6.2	Autorização expressa para acesso à ficha “Bens e Direitos” na Declaração Anual de Imposto de Renda	242
12.6.3	Uso de sistemas informatizados específicos para o registro das declarações de bens	243
12.7	Entendendo a metodologia de análise patrimonial	245
12.7.1	Exame sistemático	245
12.7.2	Exame assistemático	247
12.8	O rito até o processo disciplinar	247
12.8.1	Avaliação preliminar	248
12.8.2	Sindicância patrimonial	248
12.8.3	Processo administrativo disciplinar	250
	Considerações finais	250
	Referências	252

CAPÍTULO 13

OS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Michele Corradino	255
Introdução.....	255
13.1 A Lei nº 190, de 6.11.2012. A criação de um “sistema quadro” (sistema de diretrizes fundamentais) contra a corrupção	257
13.2 A transparência em função da anticorrupção.....	260
13.3 A nova disciplina da “impossibilidade de atribuir” cargos de direção e cargos de responsabilidade administrativa de vértice e da “incompatibilidade” entre esses cargos e o desempenho de funções públicas eletivas ou titularidade de interesses privados	263
13.4 O Decreto-Lei nº 90 de 2014: a supressão da Autoridade de Vigilância de Contratos Públicos de Trabalhos, Serviços e Suprimentos (AVCP) e o fortalecimento da ANAC.....	265
13.5 A reforma do sistema contratual público.....	268
13.6 O <i>Freedom of Information Act</i> “italiano”	271
Considerações finais.....	273

CAPÍTULO 14

INSTRUMENTOS DE COMBATE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB UMA PERSPECTIVA GERENCIAL

Rafael Porto Lovato	275
14.1 Introdução.....	275
14.2 Breves noções sobre o controle da Administração Pública e a corrupção como fenômeno complexo e multifacetário	276
14.3 Combate à corrupção na esfera pública e desenvolvimento..	279
14.4 Instrumentos de combate e prevenção à corrupção na Administração Pública sob uma perspectiva gerencial	284
14.5 Considerações finais: desafios a serem superados	287
Referências	288

CAPÍTULO 15

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICAS VOLTADOS À PREVENÇÃO E AO COMBATE DA CORRUPÇÃO NO BRASIL: O CASO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2013-2016)

Gustavo Justino de Oliveira	291
Introdução.....	291
15.1 A abertura do governo para a inserção da sociedade civil no controle e no combate dos atos de corrupção e a importância da capacitação dos cidadãos universitários para atuarem como disseminadores da cultura anticorrupção no Brasil.....	292
15.2 A FDUSP e a inclusão definitiva na agenda acadêmica brasileira do estudo qualificado sobre corrupção na Administração Pública: o processo metodológico de desenvolvimento da matéria e os resultados obtidos	296
Considerações finais.....	305
Referências	306

CAPÍTULO 16

PROJETO CAPITÃES COMPLIANCE

Anne Caroline Gonçalves Marques de Medeiros Prudêncio

Christian Karl de Lamboy

Marcelo Henrique Lapolla Aguiar Andrade	309
16.1 Introdução.....	309

16.2	Proposta de educação anticorrupção nas escolas	310
16.2.1	Chile Transparente – Projeto <i>Promoviendo valores ciudadanos desde la escuela</i>	311
16.2.2	<i>Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania</i> , do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União	313
16.3	O Projeto Capitães Compliance	313

CAPÍTULO 17

EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

Jorge Hage	317
-------------------------	-----

CAPÍTULO 18

GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO DE RISCOS: TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Irene Patrícia Nohara	327
Introdução	327
18.1 Incorporação da governança pública e da gestão de riscos no direito administrativo	328
18.2 Gestão de riscos e estratégia.....	331
18.3 Sociedade de risco, invisibilidade dos riscos e princípios da prevenção e da precaução.....	334
18.4 Desafios de adaptação da cultura organizacional à gestão de riscos	337
Conclusões	340
Referências	341

CAPÍTULO 19

PANORAMA INTERNACIONAL E BRASILEIRO DA GOVERNANÇA, RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

Juliana Oliveira Nascimento	343
19.1 Introdução.....	343
19.2 Governança, gestão de riscos e controles internos	344
19.2.1 Governança pública.....	344
19.2.2 Gestão dos riscos e controles internos	353
19.3 Compliance público.....	358
19.3.1 Aspectos internacionais do compliance público	359

19.3.2	Compliance público em outros países	360
19.3.2.1	Estados Unidos.....	360
19.3.2.2	Itália	361
19.3.2.3	Holanda.....	362
19.3.2.4	Alemanha.....	362
19.4	Compliance público no Brasil: Programa de Integridade Pública	363
19.5	Considerações finais.....	367
	Referências	369

CAPÍTULO 20

A ARTE E A TÉCNICA DE IDENTIFICAR RISCOS

Franklin Brasil	373
------------------------------	-----

CAPÍTULO 21

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ABNT NBR ISO 31000:2009 (GESTÃO DE RISCOS) E SUA APLICABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

Felipe Bezerra da Silva	385
21.1 Contextualização.....	385
21.2 Como a norma conceitua riscos e sua gestão.....	387
21.3 Princípios para uma gestão de riscos eficaz	390
21.4 A estrutura proposta pela norma	391
21.5 O processo proposto pela norma.....	392
21.6 Sobre o guia de implementação e técnicas para o processo de avaliação de riscos da ABNT NBR ISO 31000	393
21.7 Da gestão de riscos na Administração Pública direta e indireta	394
21.8 Conclusão.....	398
Referências	399

CAPÍTULO 22

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL E NO MUNDO

Luciano Ferraz

Thiago Ferreira Almeida	401
22.1 Introdução.....	401
22.2 Desenvolvimento.....	403

22.2.1	Panorama das parecerias em infraestrutura na Europa e BRICS.....	403
22.2.2	Panorama das parcerias público privadas no Brasil e PPI	418
22.3	Conclusão.....	427
	Referências	428

CAPÍTULO 23

DESMISTIFICANDO A ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS NOS CONTRATOS CELEBRADOS POR EMPRESAS ESTATAIS

Rodrigo Pironti	431
23.1 O problema	431
23.2 A teoria das áleas na sistemática da Lei nº 8.666/93	431
23.3 A matriz de riscos dos contratos de concessão e PPPs	432
23.4 A Lei das Estatais e a exigência de matriz de risco nas contratações	434
23.5 A cláusula de matriz de risco nos contratos administrativos das estatais	437
23.6 Desmistificando a elaboração da matriz de risco nos contratos das estatais.....	438
Referências	445
SOBRE OS AUTORES.....	447